Copel

ÍNDICE

Mensagem da administração.....3

Relatório de desempenho.....5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....8

Balanço Patrimonial.....13

Demonstração do resultado do exercício.....15

Demonstração do resultado abrangente.....16

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....17

Demonstração do fluxo de caixa.....18

Demonstração do valor adicionado.....19

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras.....20

Mensagem da Administração

Iniciamos o exercício de 2024, muito confiantes que será um bom ano para à companhia, mantendo o propósito dos exercícios anteriores na otimização de processos e maximização de resultados, nos mantemos otimistas em um cenário macroeconômico brasileiro que as projeções se mostram estáveis com crescimento e inflação com patamares similares a 2023 além da tendencia de queda dos juros, apesar do cenário global ser mais desafiador economicamente com a continuidade dos conflitos geopolíticos entre Ucrania e Rússia e Israel contra o Hamas que além de desacelerar o processo de desinflação, há o temor uma extensão dos conflitos para outros países que seria algo terrível para economia global.

Neste primeiro trimestre de 2024, houve um aumento de na Receita Líquida de 18,04% em relação ao mesmo período do ano anterior e mantivemos a cadeia produtiva, com um aumento na produção de papel, direcionamento para maior verticalização da produção de caixas, com isso uma maior agregação das receitas do segmento de ondulados.

Esse direcionamento estratégico nos trouxe um incremento significativo de 185,5% nas vendas de caixas em comparação ao mesmo período do ano anterior, evidenciando nossa ênfase em produtos de maior valor agregado. Linha de sacaria se manteve estável, mas com uma participação menor no total da Receita se comparado ao primeiro trimestre de 2023.

A gestão financeira para 2024, está otimista e focada em mudar o perfil do endividamento da companhia buscando linhas de longo prazo que permitirá a companhia promover investimentos mais robustos além de aliviar o fluxo de caixa financeiro, sendo possível devido a regularidade das certidões obtidas junto aos órgãos federal, estadual, municipal e FGTS e a possibilidade de obter a baixa da Recuperação Judicial ainda nesse exercício sendo o fato preponderante para mudança do rating da companhia, possibilitando acesso a grandes instituições financeiras.

Acreditamos na evolução da companhia, com crescimento estável e mantemos nossa estratégia dos últimos anos, a qual vem refletindo para o crescimento contínuo da companhia, deste modo permanecemos comprometidos com todas as áreas da organização, sempre mantendo nossa transparência e buscando constantemente inovação para enfrentar os novos desafios, com isso seguimos com o aprimoramento da Governança e das práticas corporativas.

Com base nesses princípios, mantemos nossa confiança de que os objetivos estabelecidos para a companhia são alcançáveis, agregando ainda mais valor ao nosso negócio.

Conde – PB, 10- de maio de 2024.

A Administração

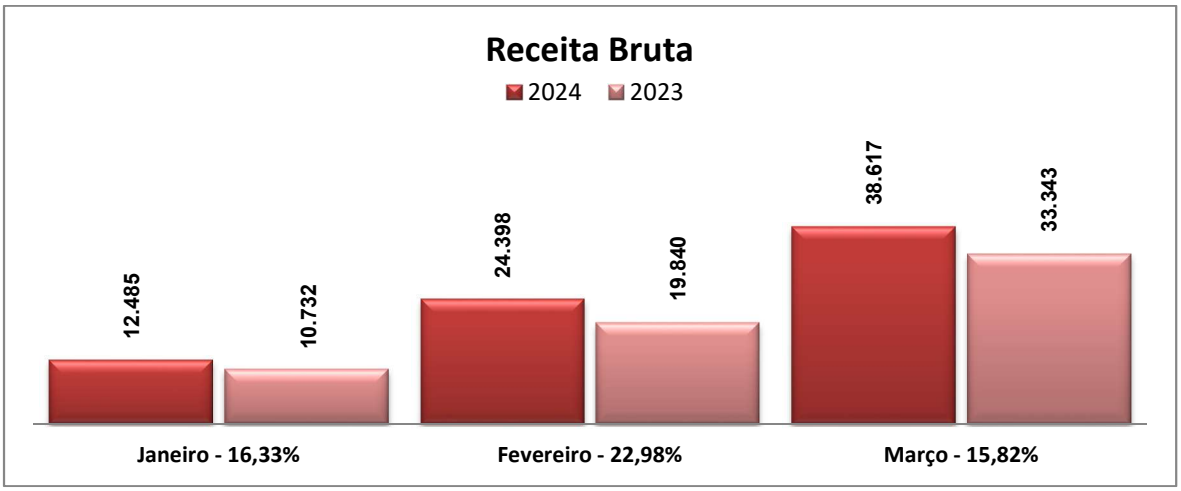
RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da CONPEL Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papeis reciclados, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2024.

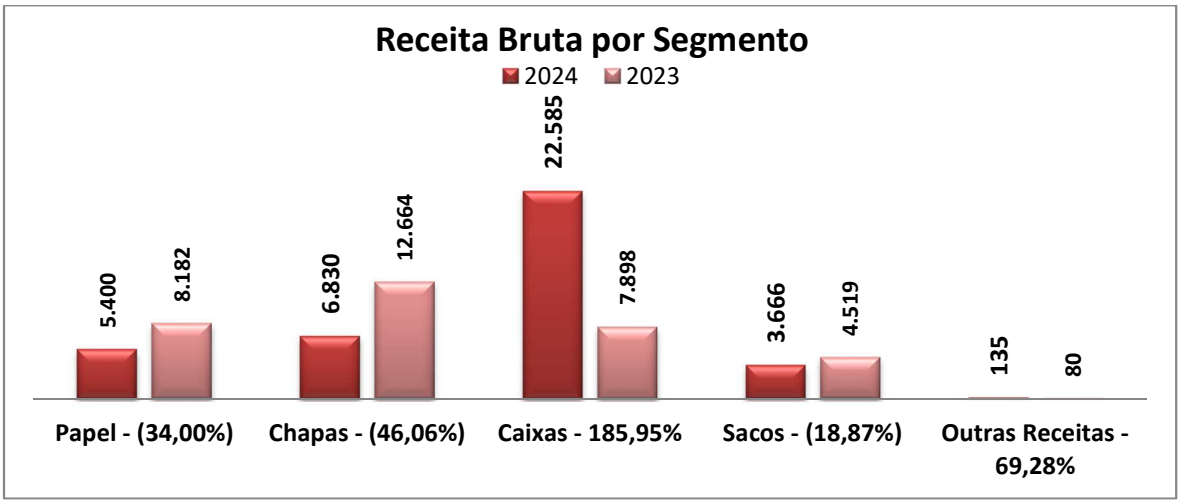
RESULTADO	31/03/2024	%	29/02/2024	%	31/01/2024	%	31/03/2023	%	28/02/2023	%	31/01/2023	%
Vendas	38.481		24.291		12.464		33.263		19.788		10.694	
Outras Receitas	135		108		20		80		52		38	
(-) Impostos sobre Vendas	(9.665)		(6.102)		(3.145)		(8.514)		(5.039)		(2.707)	
(-) Devoluções e Abatimentos	(286)		(227)		(110)		(543)		(488)		(344)	
Receita Operacional Líquida	**28.665**		**18.069**		**9.230**		**24.285**		**14.313**		**7.682**	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(23.526)		(14.523)		(6.990)		(19.364)		(11.268)		(6.222)	
Lucro Bruto	**5.139**	**17,93%**	**3.546**	**19,62%**	**2.239**	**24,26%**	**4.920**	**20,26%**	**3.045**	**21,27%**	**1.459**	**19,00%**
Despesas Operacionais												
Com Vendas	(1.228)	-4,28%	(801)	-4,43%	(393)	-4,26%	(903)	3,72%	(557)	3,89%	(268)	3,49%
Gerais e Administrativas	**(3.190)**	**-11,13%**	**(2.457)**	**-13,60%**	**(1.344)**	**-14,56%**	**(2.336)**	**9,62%**	**(1.432)**	**10,00%**	**(712)**	**9,27%**
Outras Receitas e Despesas	2.425	8,46%	1.374	7,61%	(9)	-0,10%	110	0,45%	1.782	12,45%	531	6,91%
Resultado antes das Rec.e Desp. Financeiras	**3.145**	**10,97%**	**1.663**	**9,20%**	**493**	**5,34%**	**1.791**	**7,38%**	**2.838**	**19,83%**	**1.010**	**13,15%**
Resultado Financeiro												
Receitas Financeiras	6	0,02%	6	0,03%	2	0,02%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Despesas Financeiras	(4.171)	-14,55%	(2.161)	-11,96%	(698)	-7,56%	(5.461)	22,49%	(3.621)	25,30%	(1.794)	23,36%
Resultado Financeiro Líquido	**(4.165)**	**-14,53%**	**(2.155)**	**-11,93%**	**(695)**	**-7,53%**	**(5.461)**	**22,49%**	**(3.621)**	**25,30%**	**(1.794)**	**23,36%**
Resultado Antes do IR e CS	**(1.020)**	**-3,56%**	**(492)**	**-2,72%**	**(202)**	**-2,19%**	**(3.669)**	**15,11%**	**(783)**	**5,47%**	**(784)**	**10,20%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	125	0,44%	84	0,46%	41	0,44%	132	0,55%	89	0,62%	43	0,56%
Resultado Líquido do Exercício	**(894)**	**-3,12%**	**(408)**	**-2,26%**	**(161)**	**-1,75%**	**(3.537)**	**14,57%**	**(694)**	**4,85%**	**(741)**	**9,65%**

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta acumulada no 1° trimestre apresentou aumento de 18,12% se comparada ao mesmo trimestre do ano anterior, fato atribuído ao aumento do volume de produção e a prospecção e realização de venda para novos clientes.

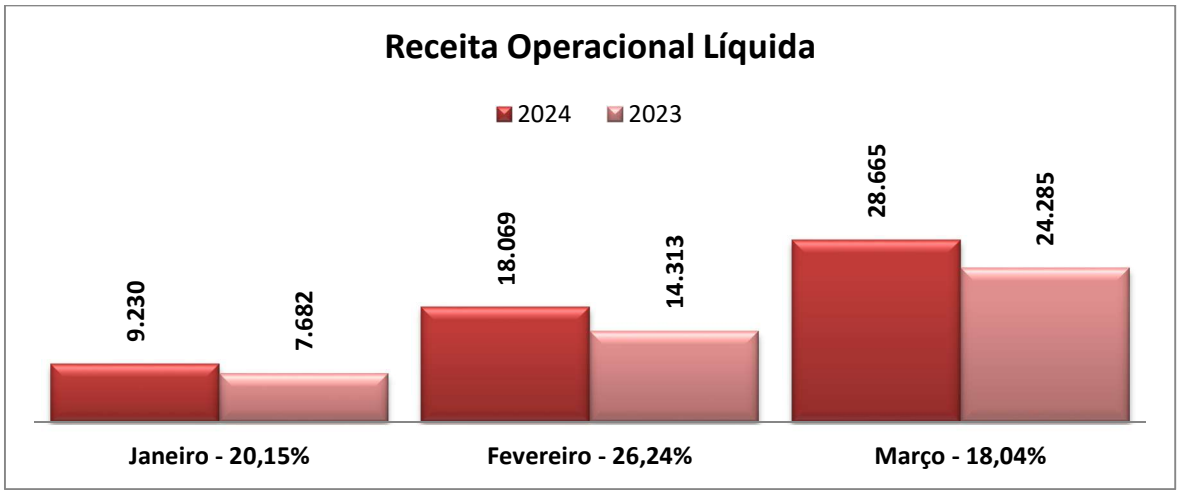


No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta no 1º trimestre dos exercícios de 2024 e 2023.



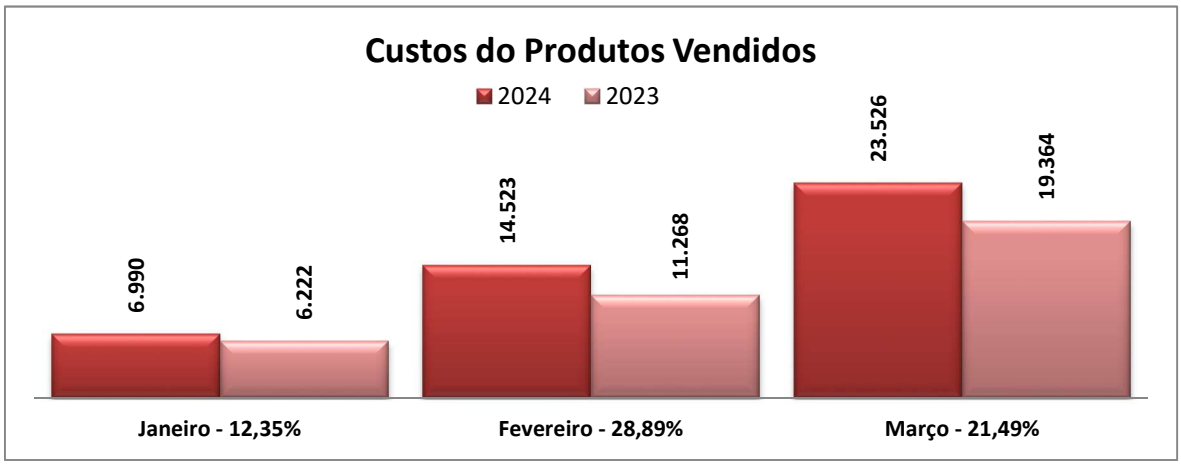
Receita Operacional Líquida (ROL)

A receita operacional líquida acumulada no trimestre de 2024 demonstrou aumento de 20,92% em relação a 2023, fato relacionado ao aumento da demanda de nossos produtos.



Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

O custo dos produtos vendidos no 1º trimestre de 2024 apresentou aumento de 22,21% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Conde - PB, 10 de maio de 2024.
A ADMINISTRAÇÃO

ALPHA
AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
CONPEL – Companhia Nordestina de Papel S.A. – Em Recuperação Judicial
Conde - Paraíba

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da **CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. - em Recuperação Judicial (Companhia)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais politicas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Incerteza sobre a Continuidade Operacional

A Companhia está em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde (PB), em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441), migrando para a 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba na data de 06 de abril de 2020, aprovada pelos credores e homologada em 24 de março de 2022. As Demonstrações Intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 570 – Continuidade Operacional. A Companhia apresenta passivo descoberto no montante de R$ 96.661 em 31 de março de 2024 (R$ 95.767 mil em 31 de dezembro de 2023). A Companhia apresenta passivo circulante no montante de R$ 48.289 mil, R$ 9.592 mil superior ao seu ativo circulante. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referente ao período de tres meses, findo em 31 de março de 2024, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias individuais é requerida, de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

ALPHA
AUDITORES INDEPENDENTES

Auditoria dos valores correspondentes ao período e exercício anteriores
Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e ao trimestre findo em 31 de março de 2023, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados cujos relatórios foram datados de 28 de março de 2024 e 11 de maio de 2023, respectivamente, com ressalva sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 e sobre as demonstrações intermediárias de 31 de março de 2023.

Curitiba, 14 de maio de 2024.

ALPHA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-PR n.º 004687/O-6-S/PB

VERA LUCIA MACHADO:35520523991
Assinado de forma digital por VERA LUCIA MACHADO:35520523991
Dados: 2024.05.14 11:08:28 -03'00'

Vera Lucia Machado
Contador CRC-PR nº 025266/O-9-S/PB

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

ATIVO	Nota	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	669	790
Contas a Receber de Clientes	7	20.489	16.153
Estoques	8	11.798	11.356
Adiantamento a Fornecedores	9	3.790	5.763
Impostos a Recuperar	10	1.889	1.999
Despesas do Exercício Seguinte		61	98
Total do Ativo Circulante		**38.697**	**36.159**
NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	10	203	155
Empresas Ligadas	12	1.405	1.704
Outros Créditos	11	1.130	1.140
Total do Realizável a Longo Prazo		**2.737**	**2.999**
Imobilizado	13	54.983	55.311
Total do Ativo Não-Circulante		**57.720**	**58.310**
TOTAL DO ATIVO		**96.417**	**94.469**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	20.157	19.586
Empréstimos e Financiamentos	16	13.728	11.211
Obrigações Sociais	17	9.925	9.965
Obrigações Tributárias	18	3.018	3.924
Adiantamento de Clientes	19	1.167	977
Outras Obrigações		294	257
Total do Passivo Circulante		**48.289**	**45.920**
NÃO-CIRCULANTE			
Fornecedores	15	5.646	5.646
Empréstimos e Financiamentos	16	1.772	1.772
Obrigações Tributárias	18	28.909	28.278
Empresas Ligadas	12	92.003	92.033
Impostos Diferidos	20	16.460	16.586
Total do Passivo Não-Circulante		**144.790**	**144.315**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	22		
Capital Social		22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		27.894	28.159
Prejuizos Acumulados		(146.893)	(146.265)
Total do Patrimônio Líquido		**(96.661)**	**(95.767)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		**96.417**	**94.469**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	31/03/2024	31/03/2023
Vendas		38.481	33.263
Outras Receitas		135	80
(-) Impostos sobre Vendas		(9.665)	(8.515)
(-) Devoluções e Abatimentos		(286)	(543)
Receita Operacional Líquida	23	**28.665**	**24.285**
(-) Custos do Produtos Vendidos		(23.526)	(19.364)
Lucro Bruto		**5.139**	**4.920**
Despesas Operacionais			
Com Vendas	24	(1.228)	(903)
Gerais e Administrativas	25	(3.190)	(2.336)
Outras Receitas e Despesas	26	2.425	110
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**3.145**	**1.791**
Resultado Financeiro	27		
Receitas Financeiras		6	0
Despesas Financeiras		(4.171)	(5.461)
Resultado Financeiro Líquido		**(4.165)**	**(5.461)**
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**(1.020)**	**(3.669)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas		125	132
Resultado Líquido do Exercício		**(894)**	**(3.537)**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

	31/03/2024	31/03/2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(894)	(3.537)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	**(894)**	**(3.537)**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de Dezembro de 2023	**22.338**	**(146.265)**	**28.159**	**(95.767)**
Resultado do Período	-	(161)	-	(161)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	89	(89)	-
Em 31 de Janeiro de 2024	**22.338**	**(146.337)**	**28.071**	**(95.928)**
Resultado do Período	-	(247)	-	(247)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	89	(89)	-
Em 29 de Fevereiro de 2024	**22.338**	**(146.496)**	**27.982**	**(96.175)**
Resultado do Período	-	(486)	-	(486)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	89	(89)	-
Em 31 de Março de 2024	**22.338**	**(146.893)**	**27.894**	**(96.661)**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

	31/03/2024	31/03/2023
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(894)	(3.537)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	587	588
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	486	3.220
Juros Provisionados	784	126
Incentivos Fiscais Recebidos	(2.375)	(1.762)
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(125)	(132)
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	**(1.538)**	**(1.497)**
Clientes	(4.822)	(8.489)
Estoques	(442)	(1.216)
Impostos a Recuperar	(721)	(3)
Despesas antecipadas	37	38
Outros Créditos	1.982	(584)
(Aumento) ou Diminição do Ativo	**(3.967)**	**(10.255)**
Fornecedores	571	6.979
Obrigações Sociais e Tributárias	3.827	5.397
Adiantamento de Clientes	190	1.710
Outras Obrigações	37	3
Aumento ou (Diminição) do Passivo	**4.624**	**14.089**
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**(881)**	**2.337**
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(2.026)	(1.008)
Baixa Imobilizado	-	-
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	269	(1.953)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	**(1.757)**	**(2.961)**
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	40.402	30.995
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(37.886)	(30.933)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	**2.516**	**62**
(REDUÇÃO)AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIX	**(121)**	**(562)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**790**	**2.342**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**669**	**1.780**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

	31/03/2024	31/03/2023
RECEITAS		
Venda dos Produtos	38.330	32.799
Constituição (Reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	125	132
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(486)	(3.220)
Perdas Não operacionais	537	1.567
Incentivos Fiscais Recebidos	2.374	1.762
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(16.233)	(10.342)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(5.476)	(7.270)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**19.171**	**15.430**
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(587)	(588)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**18.585**	**14.841**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERENCIA		
Receitas Financeiras	7	0
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	**18.592**	**14.842**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**18.592**	**14.842**
Pessoal		
Remuneração Direta	3.270	2.619
Benefícios	801	587
FGTS	253	206
Federais	5.325	5.074
Estaduais	5.410	4.232
Municipais	37	54
Juros	4.172	5.461
Aluguéis	217	147
Remuneração de capitais Próprios		
Resultado do Exercício	**(894)**	**(3.537)**

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2024

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberto e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2531000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

No 1º trimestre de 2024 a Companhia manteve o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado e a realidade da Companhia, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

Com a homologação do plano de recuperação judicial, em 24 de março de 2022, pela juíza da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, iniciou-se a quitação de débitos junto aos credores, assim foram adequadas as provisões contábeis, e segregados os saldos inscritos no plano.

Em setembro de 2023 o grupo empresarial do qual a Conpel pertence concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa Cia de Papel e Celulose do Paraná englobando os débitos tributários de várias empresas do grupo, inclusive da Conpel, desta forma os saldos provisionados foram baixados gerando benefício com o deságio. Estes registros e impactos podem ser vistos nestas demonstrações financeiras.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis do trimestre findo em 31 de Março de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

2.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

c) Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

d) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de Março de 2024, a Companhia possuía Contas a Pagar a Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 *Impairment* de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

-mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;

-condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

2.4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

2.5 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

2.6 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.7 ATIVO INTANGÍVEL

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment)* sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment)*. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser

justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.8 REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R$ 240mil

anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

(i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

(ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

(i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

(ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.10 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

(i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;

(ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,

(iii) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.

2.14 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ("DVA")

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

3 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.1.2 Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa

3.2 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Empresa deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

4 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos e saldos com fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de Março de 2024 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 85% a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

ATIVOS FINANCEIROS	mar/24	dez/23
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	669	790
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	20.489	16.153
Depositos judiciais	1.130	1.140
Total Ativos Financeiros	**22.287**	**18.083**
PASSIVOS FINANCEIROS		
Fornecedores	25.803	25.232
Empréstimos e Financiamentos	15.500	12.982
Total passivo Financeiro	**41.303**	**38.214**

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	mar/24	dez/23
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	669	790
Total de Caixa e Equivalentes	**669**	**790**

São constituídos pelos saldos de bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

7 CONTAS A RECEBER

	mar/24	dez/23
Contas a Receber de Clientes	26.986	22.163
(-) Provisão Credito Liquidação Duvidosa	(6.497)	(6.010)
Total de Contas a Receber	**20.489**	**16.153**
Aging List das contas a receber de clientes		
Vencidos	15.829	13.754
A vencer em até 120 dias	11.157	8.409
Total	**26.986**	**22.163**

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

8 ESTOQUES

	mar/24	dez/23
Produtos acabados	4.554	3.590
Matérias primas	4.118	4.809
Materiais Secundarios	875	856
Outros materiais	1.977	1.790
Operações com Terceiros	(463)	(425)
Material recebido para industrialização	737	736
Total de Estoques	**11.798**	**11.356**

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 31 de Março de 2024 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

9 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	mar/24	dez/23
Adiantamento Fornecedores Nacionais	3.790	5.763
Total de Adiantamentos a Fornecedores	**3.790**	**5.763**

10 IMPOSTOS A RECUPERAR

	mar/24	dez/23
ICMS sobre ativo imobilizado	35	30
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	183	183
Créditos Extemporâneos Federais	16	-
ICMS Aparas	1.655	1.786
Impostos a Recuperar Circulante	**1.889**	**1.999**
ICMS sobre ativo imobilizado	203	155
Impostos a Recuperar Não Circulante	**203**	**155**

11 OUTROS CRÉDITOS

	mar/24	dez/23
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	1.130	1.140
Total não Circulante	**1.130**	**1.140**

12 PARTES RELACIONADAS

ATIVO	mar/24	dez/23
Mútuo		
EKN Administração e Participações	1.381	1.342
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	24	362
Total Ativo não Circulante	**1.405**	**1.704**
PASSIVO		
Mútuo		
Cocelpa Cia de Celulose e Papel **(*)**	80.531	80.561
Compet Agro Florestal	2.598	2.598
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	540	540
Antonio de Pauli	8.334	8.334
Total Passivo não Circulante	**92.003**	**92.033**

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa englobando os débitos tributários de varias empresas do grupo, inclusive da Conpel desta forma estes saldos estão demonstrados nesta conta.

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado

13 IMOBILIZADO

	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Instal.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Em 31 Dezembro de 2023									
Custo	7.002	32.155	75.792	4.385	872	31	745	370	121.352
Deprec. Acumulada	-	(16.188)	(40.726)	(4.350)	(686)	(31)	(594)	-	(62.575)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)		(9)	1.261	(3.466)
Valor líquido contábil	**6.532**	**15.214**	**31.631**	**-**	**159**	**-**	**142**	**1.631**	**55.311**
Adições	-	-	308	-	7	-	3	-	318
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação	-	(198)	(429)		(12)	-	(8)	-	(647)
Saldo Final	**-**	**(198)**	**- 121**	**-**	**(4)**	**-**	**(5)**	**-**	**(328)**
Em 31 Março de 2024									
Custo	7.002	32.155	76.100	4.385	879	31	748	370	121.671
Deprec. Acumulada	-	(16.386)	(41.155)	(4.350)	(698)	(31)	(602)	-	(63.222)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)		(9)	1.261	(3.466)
Valor líquido contábil	**6.532**	**15.016**	**31.510**	**-**	**155**	**-**	**137**	**1.631**	**54.983**

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

14 RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como impairment, a Companhia procedeu aos testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, em 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo "Valor Justo de Mercado" dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: "... valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso" atestado pelo Laudo nº0175/2017, feito pela empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda, inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, a qual o mesma atesta que o Valor Justo de Mercado dos bens avaliados é de R$ 69.715.073,15, não havendo provisão de perdas (Impairment) no exercício de 2017.

15 FORNECEDORES

	mar/24	dez/23
Contas a Pagar a Fornecedores	18.283	17.706
Contas a pagar a fornecedores - Recuperação Judicial	1.874	1.880
Total de Contas a Pagar CP	**20.157**	**19.586**

	mar/24	dez/23
Contas a Pagar a Fornecedores LP	-	-
Contas a pagar a fornecedores - Recuperação Judicial LP	5.646	5.646
Total de Contas a Pagar LP	**5.646**	**5.646**

Aging List das Contas a Pagar

Vencidos	7.096	7.894
A vencer em até 3 meses	4.187	3.580
A vencer entre 3 e 6 meses	596	783
A vencer de 6 meses a 1 ano	8.278	1.552
A vencer acima de 1 ano	5.646	11.423
Total	**25.803**	**25.232**

***** Com a homologação do plano de recuperação judicial, em 24 de março de 2022, pela juíza da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, iniciou-se a quitação de débitos junto a fornecedores, assim foram adequadas as provisões, e segregados os saldos inscritos no plano.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Circulante	mar/24	dez/23
Financiamentos	8.394	5.679
Duplicatas Descontadas	5.333	5.532
Total Empréstimos e Financiamentos CP	**13.728**	**11.211**
Financiamentos	1.772	1.772
Total Empréstimos e Financiamentos LP	**1.772**	**1.772**
Vencimentos		
Em até um ano	13.728	11.211
Acima de um ano	1.772	1.772
	15.500	**12.983**

Devido à dificuldade de capital de giro que ainda persiste, uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	mar/24	dez/23
Salários a Pagar	1.204	1.223
INSS **(*)**	308	397
FGTS	133	190
IRRF Funcionários **(*)**	107	72
Provisões e Encargos	2.600	2.332
Provisão Indenizacões	1.649	1.649
Parcelamentos Previdenciários	1.065	1.101
Parcelamentos FGTS	2.856	2.999
Contribuição Sindical	2	2
Total	**9.925**	**9.965**

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa englobando os débitos tributários de varias empresas do grupo, inclusive da Conpel desta forma saldos provisionados foram baixados gerando beneficio com o deságio.

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Circulante	mar/24	dez/23
ICMS (i)	533	580
PIS (*)	55	67
COFINS (*)	253	311
IPI (*)	465	532
IRRF	16	9
IRPJ (*)	-	57
CSLL (*)	-	22
ISS	2	6
PIS/COFINS/CSLL (*)	45	27
ICMS Diferencial de Aliquota	25	40
Parcelamento Federal	845	952
Parcelamento Municipal	-	28
Parcelamento Estadual	779	1.293
Total Circulante	**3.018**	**3.924**
Não Circulante		
Parcelamento Federal	579	578
Parcelamento Estadual	28.330	27.700
Total não Circulante	**28.909**	**28.278**

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa englobando os débitos tributários de varias empresas do grupo, inclusive da Conpel desta forma saldos provisionados foram baixados gerando beneficio com o deságio.

(i) No final do exercício de 2023 a companhia havia se beneficiado de R$ 8.338 do FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.

19 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	mar/24	dez/23
Clientes Diversos	1.167	977
Total	**1.167**	**977**

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

	mar/24	dez/23
Custo Atribuído	**42.263**	**42.665**
Vida Útil	**6.150**	**6.116**
IRPJ Diferido (25%)	12.103	12.195
CSLL Diferida (9%)	4.357	4.390
Total	**16.460**	**16.586**

21 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	mar/24	dez/23
Remuneração de Diretores	220	156
Total	**220**	**156**

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	mar/24	dez/23
Prejuízo Exercício Anteriores	(146.264)	(284.375)
Lucro ou Prejuízo do Período	(894)	137.025
Ajustes exercicios anteriores	266	1.086
Prejuízos Acumulados	(146.893)	(146.264)
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	27.894	28.159
Total do Patrimonio Liquido	**(96.661)**	**(95.767)**

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122 ações, que correspondem a R$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Acionista	Espécie/Classe	Qtd	Capital Subscrito	Votante
EKN - Embalag.Kraft NE Ltda.	Ações Ordinárias	17.378	21.420.235,00	95,89%
Outros minoritários	Ações Ordinárias	744	918.106,00	4,11%
TOTAL		**18.122**	**22.338.341,00**	**100,00%**

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	mar/24	mar/23
Papel	5.400	8.182
Chapa de papelão	6.830	12.664
Caixas	22.585	7.898
Sacos	3.666	4.519
Outras Receitas	135	80
Total Mercado Interno	**38.617**	**33.343**
(-) Impostos sobre Vendas	(9.665)	(8.515)
(-) Devoluções e Abatimentos	(286)	(543)
Receita Líquida	**28.665**	**24.285**

24 DESPESAS COM VENDAS

	mar/24	mar/23
Fretes	884	632
Comissões	344	271
Total	**1.228**	**903**

25 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	mar/24	mar/23
Honorários, salários, encargos e benefícios	(2.108)	(1.845)
Serviços, Aluguéis	(428)	(149)
Energia, Água e Comunicações	(13)	(16)
Materiais de Consumo	(240)	(234)
Impostos Taxas e Contribuições	(157)	(17)
Gastos Gerais	(244)	(75)
Total	**(3.190)**	**(2.336)**

26 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	mar/24	mar/23
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	2.375	1.762
Outras Receitas	2.863	1.567
Total Outras Receitas	**5.238**	**3.330**
(-) Outras Despesas		
Prov. Perdas Recebimento de Credito	(486)	(3.220)
Outras Despesas	(2.326)	-
Total Outras Despesas	**(2.813)**	**(3.220)**
Total	**2.425**	**110**

27 RESULTADO FINANCEIRO

	mar/24	mar/23
(+) Receitas Financeiras		
Juros s/ Aplicações Financeiras	-	0
Descontos Obtidos	6	-
Total Receitas Financeiras	**6**	**0**
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Financiamentos	(783)	(126)
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(829)	(571)
Juros Mora Passivos	(0)	(162)
Juros s/ de Tributo	(22)	(8)
Juros Tributos Parcelados	(2.326)	(4.462)
Despesas Bancarias	(164)	(116)
Outras Despesas Financeiras	(49)	(16)
Total Despesas Financeiras	**(4.171)**	**(5.461)**
Total Resultado Financeiro Líquido	**(4.165)**	**(5.461)**

(*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial do qual a Conpel pertence concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa Cia de Papel e Celulose do Paraná englobando os débitos tributários de várias empresas do grupo. Inclusive da Conpel, desta forma saldos provisionados foram baixados gerando benefício com o deságio.

28 DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	mar/24	mar/23
Natureza		
Depreciação e Amortização	(587)	(588)
Despesas com Pessoal	4.324	(3.411)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(16.233)	(10.342)
Serviços de Terceiros	(5.476)	(7.270)
Outras Despesas Operacionais	(12.786)	(4.212)
Total	**(30.757)**	**(25.823)**
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(23.526)	(19.364)
Despesas com Vendas	(1.228)	(903)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.190)	(2.336)
Outras Despesas Operacionais	(2.813)	(3.220)
Total	**(30.757)**	**(25.823)**

29 LAJIDA (EBTIDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 31 de Março de 2024 e 2023.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

LAJIDA (EBITDA)	mar/24	mar/23
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(894)**	**(3.537)**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(125)	(132)
(+) Despesas Financeiras	4.171	5.461
(-) Receitas Financeiras	(6)	-
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA	**3.145**	**1.792**
(+) Depreciação e Amortização	587	588
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	**3.732**	**2.380**

Conde (PB), 10 de maio de 2024.

Cristiano Ciriaco Delgado *Diretor Presidente*	Luiz Cancelier *Diretor Adm. e Relação com Investidores*

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3

* * * *